

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS E RACIONALIDADES URBANAS – LAPRARUA

LABORATORY OF URBAN PRACTICES AND RATIONALITIES

LEANDRO TARTAGLIA

Licenciado e Mestre em Geografia (UFF)

Professor do Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

leandro_rst@hotmail.com

RESUMO: O PRESENTE ARTIGO APRESENTA O PROJETO LAPRARUA, QUE VEM DESENVOLVENDO ATIVIDADES NA UNIDADE TIJUCA DO COLÉGIO PEDRO II, E TEM POR OBJETIVO ELABORAR A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO TENDO COMO FOCO A EXPERIÊNCIA COTIDIANA DOS ALUNOS E PROFESSORES PARTICIPANTES. O GRUPO, CONSTITUÍDO NO INÍCIO DE 2014, BUSCA UTILIZAR A ARTE PÚBLICA COMO ELEMENTO NORTEADOR DAS PRÁTICAS E CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DO LABORATÓRIO, VISANDO NOVOS OLHARES SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA, O USO CRIATIVO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E AS NOVAS TERRITORIALIDADES EMERGENTES NA CIDADE.

PALAVRAS-CHAVE: ARTE PÚBLICA; ESPAÇO PÚBLICO; PAISAGEM; USO POLITICO DO ESPAÇO; USO CULTURAL DO ESPAÇO.

ABSTRACT: THIS ARTICLE PRESENTS THE LAPRARUA PROJECT THAT HAS BEEN DEVELOPING ACTIVITIES IN THE TIJUCA UNITY OF COLEGIO PEDRO II, AND AIMS TO BUILD KNOWLEDGE ABOUT THE CITY OF RIO DE JANEIRO, FOCUSING ON THE EVERYDAY EXPERIENCE OF PARTICIPATING STUDENTS AND TEACHERS. THE GROUP WAS FORMED IN THE BEGINNING OF 2014 AND SEEKS TO USE THE PUBLIC ART AS A GUIDING ELEMENT OF PRACTICES AND THEORETICAL CONSTRUCTIONS OF THE LABORATORY, SEEKING NEW PERSPECTIVES ON THE URBAN LANDSCAPE, THE CREATIVE USE OF PUBLIC SPACES AND NEW EMERGING TERRITORIALITIES IN THE CITY.

KEYWORDS: PUBLIC ART; PUBLIC SPACE; LANDSCAPE; POLITICAL USE OF SPACE; CULTURAL USE OF SPACE.

INTRODUÇÃO

A vida nas cidades tem proporcionado uma série de desafios os quais intensifica e diversifica as maneiras de pensar esse espaço geográfico por parte de seus habitantes, administradores, estudantes, professores e cientistas. Os problemas não são poucos e vem se acumulando no passar das últimas décadas cujo adensamento populacional multiplicou nas metrópoles brasileiras. As questões são diversas como habitação, educação, saúde, mobilidade, segurança e lazer, e em muitos casos tenciona-se a relação do poder público e a população. O aumento do custo de vida é outro fator crucial dentro dessa pauta de questionamentos (MARICATO et al., 2013).

A participação da sociedade civil de uma maneira geral nas tomadas de decisão é muito discreta, seja pela alienação ou pela imposição, ambas derivadas daquilo que podemos classificar como uma colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Mas em alguns casos é possível identificar ações promovidas por sujeitos e organizações sociais que buscam alternativas à essas condições desfavoráveis que o meio urbano, como parte de toda uma construção social, impõem. Desde a última década que a chamada arte pública de rua tem dado sinais de mobilização e ação que questionam essa ordem da vida urbana. Além de questionar, a arte pública pode ser um importante elemento de estímulo a reflexão, ocupação e uso criativo da cidade em seus espaços públicos, de mobilização e também voltados para projetos institucionais em escolas e centros culturais. Podemos incluir essas e outras formas de pensar e agir naquilo que Boaventura de Souza Santos salienta como a emergência de um novo paradigma; o conhecimento prudente para uma vida decente (SANTOS, 1988).

O graffiti e a pichação são práticas que se consolidaram a partir do século XX no contexto das cidades capitalistas da era pós-industrial (HERSCHMAN, 1997; TARTAGLIA, 2007). Fazem parte desse processo a utilização da paisagem urbana como veículo de comunicação,

apresentando outra maneira de entender a cidade. Quem são seus autores? Por que desenvolvem tais grafismos? São questionamentos necessários que aliados à sua localização na cidade revelam uma nova forma de uso político/cultural do espaço urbano. Portanto, uma outra maneira de agir e pensar as cidades.

O graffiti, diferente da pichação, passa por um momento de valorização econômica nas metrópoles brasileiras. Da marginalização (o graffiti selvagem) à uma gradual institucionalização (o graffiti domesticado), o graffiti está hoje no centro de um debate sobre o uso da paisagem urbana na cidade do Rio de Janeiro (TARTAGLIA, 2013). Há uma nova normatização de uso dessa paisagem beneficiando seus praticantes, que adquiriu a condição de arte em contraposição a noção de vandalismo e deterioração do espaço urbano. A pichação, por outro lado, continua sendo a marca representativa de usos marginais da cidade (grupos de pichadores, facções criminosas, torcidas organizadas, manifestantes políticos) que também se faz presente na paisagem mesmo que ilegalmente.

Com a normatização, que ordena as condições para intervenções nas cidades, e a mercantilização do graffiti, é possível identificar uma crescente institucionalização dessa prática. A institucionalização se encontra em diferentes níveis, com a comercialização da arte e de serviços correlatos estabelecendo valores mais precisos, além de projetos sociais e pedagógicos em centros culturais, ONGs e instituições de ensino. Isto estabelece uma nova maneira de se pensar as intervenções na cidade e sua localização, bem como quais são seus autores e o que eles querem. O graffiti vem sendo paulatinamente institucionalizado criando condições contraditórias entre a politização e a mercantilização, assim como o uso legal dessa prática. Já as práticas subversivas, como a pichação, continuam sendo criminalizadas e tratadas como atividades marginais sujeitas a penalidades e distintas restrições de uso nas cidades.

Podemos afirmar que estudos geográficos mais recentes (OLIVEIRA, 2006; TARTAGLIA,

2010) vêm ampliando a compreensão do espaço urbano e as novas territorialidades daí originadas, os quais estabelecem outras maneiras de interpretar os usos da cidade e seus sujeitos. Esses estudos desenvolvidos e aplicados em diferentes instituições de ensino e pesquisa endossam novas racionalidades e meios de se pensar e propor a construção da vida nas cidades. Tais pesquisas ampliam as possibilidades de se desenvolver projetos pedagógicos de caráter mais prático que estabeleçam elos entre a escola e a cidade através de ações criativas e usos políticos/culturais.

A CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO

O projeto LAPRARUA caracteriza-se pela sua proposta de agregar o interesse de alunos e professores, além da comunidade escolar e outros possíveis participantes, em desenvolver atividades que estabelecem diálogo e interação com a cidade que vivem. A arte pública foi a linguagem encontrada para soldar esse interesse através de atividades práticas. No entanto, o laboratório busca ampliar essas atividades estabelecendo um elo conceitual com outras disciplinas produtoras do conhecimento científico, mais especificamente as humanidades.

O termo laboratório, o qual intitula o projeto, é na verdade um conjunto de experiências adquiridas pelo grupo através dos encontros e produções que vem acontecendo regularmente no ano de 2014. Portanto, atribui-se a ele a noção de experimentação realizada por seus membros no qual o graffiti torna-se o elemento condutor. Os encontros assumem a forma de oficinas que além do incentivo a produção artística, permitem também momentos de reflexão sobre a cidade. A produção do conhecimento tem início já nesta etapa, e é nesse processo de trocas de experiências regulares que o grupo vem construindo sua própria interpretação sobre o urbano e aprimorando maneiras de intervir na realidade a qual está inserido. Alunos e professores assumem o papel ativo de sujeitos que pensam, discutem e intervêm (n)a cidade que

habitam.

A produção de conhecimentos sobre a cidade, como objetiva o laboratório, é feita metodologicamente a partir do olhar conceitual multidisciplinar sobre as questões urbanas onde ocorre a colaboração decisiva dos professores do Colégio Pedro II. Para tanto, a proposta multidisciplinar do Laboratório tem como princípio teórico metodológico a aproximação da geografia com a arte, que dialoga com o que geógrafos como Rafael Costa (2014) chama de educação do olhar para uma leitura mais atenta das grafias espaciais. Os professores Leandro Tartaglia e Caio Pereira, respectivamente de geografia e artes do Campus Tijuca II, são os propositores dessa construção coletiva do conhecimento, que conta ainda com a participação efetiva de um grupo de aproximadamente 15 estudantes desta unidade.

O foco central das discussões que o Laboratório vem realizando gira em torno das intervenções urbanas que caracterizam o graffiti, e que se atribui à noção de uso político/cultural do espaço. Autores como Diego González (2013) remete a mesma ideia ao conceito de espaços públicos criativos, onde as intervenções por meio da arte pública, a exemplo do graffiti, expressa seu papel de comunicação e reelabora a percepção dos espaços públicos diante da sociedade atenta. A intervenção é o momento onde se expressa tanto a dimensão racional quanto subjetiva do artista, tornando pública uma mensagem através de suas marcas (grafias). A proposta da intervenção é substanciar o conhecimento do aluno enquanto cidadão e produtor de conhecimento sobre a cidade, consciente de seu papel enquanto parte de uma sociedade e toda sua estrutura, bem como do papel ativo que este mesmo cidadão pode exercer como sujeito na produção e uso político/cultural do espaço urbano do qual faz parte. Estas oficinas intercalam os encontros dentro do Campus Tijuca II do colégio Pedro II, sua sede, bem como atividades nos arredores do espaço escolar, buscando essa interatividade prática com a cidade propriamente dita.

Um dos objetivos desse projeto consiste

na produção de conhecimento sobre experiências de diferentes usos político/culturais do espaço urbano. É preciso explicitar que essa produção de conhecimento procura ser expressa no plano técnico, científico e artístico, buscando a elaboração de diferentes resultados e alguns produtos específicos. Não há, a princípio, um limite de tempo definido para a busca de resultados, já que entendemos que a produção do graffiti se encontra em processo de expansão pela cidade, sendo, portanto, concomitante ao desenvolvimento desse projeto. Os objetivos podem ser sistematizados da seguinte forma:

A) Proposição de oficinas de graffiti's periódicas, realizadas no interior e nas imediações da unidade escolar, com proposta de intervenção e elaboração de painéis grafitados;

B) Produção de vídeos relatando as experiências diversas de intervenção e uso político/cultural do espaço urbano;

C) Produção de artigos escritos coletivamente pelos membros do grupo visando sua publicação em revistas e periódicos científicos, pedagógicos e culturais;

D) Registro iconográfico com intuito de formar um banco de imagens relacionadas às atividades práticas realizadas na instituição e na cidade em geral. Possibilitando também a realização futura de uma exposição dessas imagens (fotografias) nas dependências do espaço escolar e outros;

E) Realização de trabalhos de campo e encontros específicos que tenham a proposta de debater ou provocar momentos de reflexão relacionados à temática;

F) Apresentação em congressos e a realização de palestras e debates com membros do grupo na própria instituição de ensino e outras.

É preciso destacar que apesar do pouco

tempo reunido, o LAPRARUA já apresenta alguns resultados significativos, como intervenções (apresentação de produções artísticas) com membros do grupo na interatividade com outros campi do próprio Colégio Pedro II (Centro e Realengo). A apresentação no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (2014) da proposta do trabalho, sendo discutida na forma de espaços de diálogo, bem como vem por meio desse tornar-se artigo da revista digital Giramundo. Além disso, o grupo conquistou o direito junto à direção da unidade, de fazer algumas intervenções dentro do próprio espaço escolar.

O OUTRO OLHAR SOBRE A CIDADE: NOVAS RACIONALIDADES

A compreensão teórica que substancia o presente trabalho tem como uma de suas premissas o que

Cosgrove fala de uma "inscrição geográfica", ou seja, uma grafia sobre a superfície do planeta, mas que também, habitando as mentes, ganha, por vezes, forma em outros suportes físicos, tais como desenhos em uma folha de papel. No trabalho desse autor é dada grande importância para a discussão do que ele chama de "visões geográficas", termo usado para se referir à imaginação humana a respeito do espaço geográfico, fazendo com que encontremos uma forte articulação entre paisagem, mapa, pictórico, imagem e visão (COSTA, 2014, p. 35).

A partir da citação, algumas questões se tornam relevantes tais como a produção de imagens e seus significados na configuração das paisagens urbanas, como pode ser visto através dos *graffiti*. Autores como Armando Silva (2001) vêm insistindo na interpretação do *graffiti* como inscrições ou marcas impressas sobre a epiderme da cidade, como tatuagens urbanas. Juan Nogué (2007) afirma que as paisagens são o resultado de toda uma construção social que se apresentam nas leituras de suas formas. A partir do *graffiti*

é possível repensar a cidade, estabelecendo outros pontos de vista, o que implica, em termos geográficos, uma reeducação do olhar sobre a paisagem. Para tanto, quais leituras podem ser estabelecidas?

Costa apresenta em seu livro “Geografia em quadrinhos” maneiras de desenvolver este outro olhar, a partir de um tipo específico de produção de imagens. O autor sugere a possibilidade de dinamizar a transmissão de conteúdos escolares através de produções artísticas, tornando-a mais atraente e criativa para o aluno. Ele cita ainda que:

Perceber visões geográficas inscritas ou grafadas, manifestadas e/ou impostas ao mundo, seja da forma que for, sobre o suporte que for, é um passo importante na construção de um entendimento crítico próprio sobre o espaço e de como se insere a nossa participação nele. (COSTA, 2014, p. 39)

O LAPRARUA propõe o estímulo de outros olhares geográficos, aos seus membros como pressuposto para a produção do conhecimento a partir de novas racionalidades (SANTOS, 1988), na perspectiva de interpretar as grafias que se apresentam na cidade e suas implicações. Simultaneamente, é feita a reflexão sobre o papel que cada um dos membros exerce nesse contexto e suas possibilidades de ação. Assim, se reinventam as leituras sobre a cidade a partir dos diferentes pontos de vista, o que permite repensar a rotina daqueles que circulam, trabalham, estudam e se divertem na cidade. É estimulada, paulatinamente, a criação de outras possibilidades de apropriação e interação na cidade cuja orientação teórico-metodológica seria esse outro olhar geográfico. Corroborando o raciocínio em questão o que o filósofo Jean-Marc Besse afirma sobre a paisagem:

Estamos aqui diante de uma outra relação com o visível, diante de uma outra noção do visível. O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um

conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é de que há de se ler a paisagem. (BESSE, 2006, p. 64)

Ler a paisagem a partir de outros olhares permite repensar as marcas que refletem o modo como a sociedade vem sendo organizada e de que forma o arranjo espacial das cidades refletem essa normatização. De maneira complementar, o olhar precisa ser estimulado, e assim, não se contentar em apenas observar, mas também interagir. Nesse sentido González sugere a produção de espaços públicos criativos, onde:

(...) el espacio público puede ser reiventado a través de la creatividad, sin embargo, su diseño y desarrollo están condicionados por una serie de factores políticos, sociales y culturales. Por ello, es necesario repensar los lugares de encuentro y socialización, con objeto de contribuir a disminuir la fractura social y de reivindicar los derechos de los ciudadanos y sus verdaderas posibilidades de controlar sus destinos y tomar sus decisiones. (GONZALÉZ, 2013, p. 138)

O autor compreende a noção de espaço público pelo viés de sua construção coletiva onde transcorre a vida cotidiana, levando em consideração as relações de poder que estabelecem a concepção desses espaços atualmente em nossa sociedade. É preciso destacar que os momentos de socialização precisam ser estimulados e obtidos a partir do encontro entre as pessoas, proporcionando, assim, outros usos do espaço. Nota-se uma proposta interessante, quando o autor sugere:

Definimos espacio público creativo como um entorno estimulante, dinâmico e integrador que favorece el dialogo y la inspiración de las manifestaciones sociales y culturales individuales y colectivas, así

como el desarrollo económico y social. Este espacio de socialización cotidiana (plaza, parque, mercado público), apropiado y reinventado por la colectividad, destaca por la posibilidad de contribuir a entrenar y desarrollar la imaginación, asociada al ócio reflexivo y cultural, como proceso novedoso de descubrimiento de las personas con la realidad. (GONZALÉZ, 2013, p. 134)

Concordamos com o autor citado e propomos o acréscimo da escola como mais um desses espaços público criativos de socialização cotidiana além de praças e parques. A geógrafa Lana S. Cavalcanti também compreende a escola como um desses espaços, que permitem exercer com autonomia a criatividade aliada a uma prática pedagógica de teor crítico, para o desenvolvimento de projetos e atividades que possibilitem meios de participação mais efetiva na sociedade. Logo:

O desafio está em trabalhar esses temas do cotidiano e de suas demandas como tema da Geografia, efetivando a mediação entre os conhecimentos que os jovens têm sobre a cidade, suas práticas na cidade e os temas mais gerais e ligados à estruturação dos

espaços urbanos no mundo capitalista, que são explorados pela Geografia Urbana (...). (CAVALCANTI, 2011, p. 5)

Para construção de um projeto cujo título evoca o entendimento das novas racionalidades, é preciso destacar o papel do sociólogo Boaventura de Souza Santos (1988) no debate sobre o discurso da ciência moderna, sua origem e seus paradigmas. O autor aponta o surgimento de paradigmas emergentes que tencionam o status do conhecimento científico, e que propõem novas epistemologias e metodologias para atingir, o que ele mesmo aponta como “um conhecimento prudente para uma vida decente”. Os paradigmas emergentes apontam para outras concepções de sociedade, e, portanto, de cidades e das práticas sociais de um modo geral, cada vez mais presente nas teorias e debates pós-coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2005; QUIJANO, 2005).

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até pouco tempo considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura,



Figura 1 | Alunos aplicam o stencil sobre a parede durante a realização de oficinas dentro do espaço escolar – Campus Tijuca II – Colégio Pedro II.
Fonte: O autor (2014)

natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa.
(SANTOS, 1988, p. 64)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente texto vem, portanto, iluminar e esclarecer alguns pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam um conjunto de atividades experimentais de caráter pedagógico as quais estamos chamando de Laboratório de Práticas e Racionalidades Urbanas (LAPRARUA), desenvolvidas no Colégio Pedro II (Campus Tijuca II). Este trabalho visa a aproximação com outras disciplinas na busca de uma interdisciplinaridade tanto no campo da prática quanto da teoria, considerando a interface entre a geografia e a arte o ponto de partida para tal proposta.

O trabalho que vem sendo realizado na forma de oficinas procura desenvolver, prioritariamente, o aprimoramento de um olhar crítico e participativo na cidade do corpo discente que compõe o grupo. A produção de conhecimento a qual se busca realizar como fundamento do projeto faz parte de um conjunto de práticas de elaboração artística e formulação reflexiva, que,

paulatinamente vem auxiliando os membros do grupo a compreender seu papel na escola, na cidade e na sociedade. O LAPRARUA procura também estabelecer a participação e o diálogo com toda a comunidade escolar (professores, estudantes, responsáveis, funcionários e técnicos) vinculada à instituição na qual se realiza.

O Campus Tijuca II do Colégio Pedro II cujo espaço escolar, suas formas e estrutura física, impõe aos alunos e demais a objetividade arquitetônica da verticalização, recrudescida pelas cores monocromáticas e a notória limitação de amplitude espacial, acaba sendo um reflexo da própria condição urbana. Isto permite, a partir da rotina escolar, estabelecer nexos com a realidade vivida nas cidades. Por meio dessa dimensão do vivido, o LAPRARUA vem estimulando a reflexão do cotidiano, ao passo, que busca ampliar sua atuação com intervenções a serem realizadas dentro desse mesmo espaço escolar e para além de seus muros e grades. A julgar, portanto, que o estímulo às práticas e racionalidades emergentes é, nesse sentido, dar vez à subjetividade simbólica que o graffiti produz no espaço urbano, educando o olhar e criando meios de socialização através do uso político/cultural da escola e da cidade.



Figura 2 | *Produção coletiva de um graffiti temático sobre a copa do mundo – Atividade realizada durante a greve de 2014 no Campus Tijuca II – Colégio Pedro II.*
Fonte: O autor (2014)

Figura 3 | *Faixa grafitada durante realização de atividade no espaço público – Próximo ao Campus Realengo – Colégio Pedro II.*
Fonte: O autor (2014)





Figura 4 | Trabalho de campo e observação das grafias na paisagem urbana - Imediações do Campus Tijuca II.
Fonte: O autor (2014)



REFERÊNCIAS

- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, Número Especial XIII EGAL, jul./dez. 2011.
- COSTA, Rafael Martins da. **Geografias em quadrinhos**: imaginando um mundo em sala de aula. Porto alegre: Deriva, 2014.
- GONZÁLEZ, Diego Sanchez. El derecho a la ciudad a través de espacios públicos creativos. In: GONZALEZ, D. S. & JIMENEZ, C. (Org.). **La ciudad, um espacio para la vida**. Granada: Universidad de Granada, 2013.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, jan./jun. 2007.
- HERSCHMAN, Michael. **Abalando os anos 90**: funk e Hip Hop – globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
- MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.
- NOGUÉ, Juan. **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- OLIVEIRA, Denilson A. **Territorialidades no mundo globalizado**: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-PPGEO, UFF, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da Edição em Português In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.
- SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- TARTAGLIA, Leandro R. S. **Geograf(it)ando**: Uma leitura geográfica dos graffitis na cidade do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2007.
- _____. **Geograf(it)ando**: a territorialidade dos grafiteiros na cidade do Rio de Janeiro. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-PPGEO, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- _____. A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 191-202, publicação anual, 2013.
- TARTAGLIA, Leandro e OLIVEIRA, Denilson A. Ensaio sobre uma Geografia dos Grafites. **GEOgraphia**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 59-88, jul./dez. 2009.